

## Drogas no Espaço Público: Consumo, Tráfico e Política na Imprensa Brasileira

Yuri Sá Oliveira Sousa<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal da Bahia, BA, Brasil.

Maria de Fátima de Souza Santos<sup>2</sup>

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pernambuco, PE, Brasil.

Thémis Apostolidis<sup>3</sup>

<sup>3</sup>Aix-Marseille Univ, LPS, Aix-en-Provence, France.

**Resumo:** Os fenômenos relacionados ao uso de drogas constituem um campo heterogêneo e polissêmico, a partir do qual se constroem diferentes objetos, identidades e práticas sociais. Este artigo apresenta uma pesquisa documental, baseada na teoria das representações sociais, cujo objetivo foi analisar o campo representacional das drogas em comunicações midiáticas. O material foi composto por 4.516 matérias de um jornal de ampla circulação no Brasil que tinham como tema central questões relacionadas às drogas. Com auxílio do software Iramuteq, realizou-se uma análise lexicométrica visando reconstituir classes lexicais relacionadas a dimensões específicas do campo. Oito classes foram interpretadas, categorizadas e discutidas. Os resultados permitiram identificar três eixos temáticos: regulação sociopolítica do uso, produção e circulação das drogas; uso de drogas, dependência e saúde; polícia e guerra às drogas no Brasil. A discussão evidencia dimensões que conferem sentido a processos político-legais, relações internacionais, movimentos sociais, entretenimento, práticas terapêuticas, políticas públicas, violência, criminalidade e exclusão. Além disso, os fenômenos do campo guardam relação com categorias sociais típicas (e.g., usuários e traficantes); formas de desvio (e.g., dependência e crime); e práticas sociais em saúde e segurança pública (e.g., tratamento e prisão). Compreende-se que os conteúdos difundidos nessas comunicações atuam na criação de quadros simbólicos de referência que podem influenciar a orientação de práticas sociais e tomadas de posição diante dos fenômenos relacionados ao uso de drogas.

**Palavras-chave:** Drogas, Mídia, Representações Sociais.

---

## Drugs in Public Space: Consumption, Trafficking and Policy in the Brazilian Press

**Abstract:** Phenomena related to drug use constitute a heterogeneous and polysemic field, from which different objects, identities and social practices are constructed. This paper presents a documentary research based on Social Representations Theory, whose objective was to analyze the representational field of drugs in media. We analyzed 4516 articles from a newspaper with wide circulation in Brazil that had as its central theme issues related to drugs. Lexicometric analysis was carried out utilizing Iramuteq to reconstruct lexical classes related to specific field dimensions. Eight classes were interpreted, categorized and discussed. The results allowed to identify three thematic axes: socio-political regulation of the use, production and circulation of drugs; drug use, addiction and health; police and drug war in Brazil. The discussion highlights dimensions that give meaning to political-legal processes, international relations, social movements, entertainment, therapeutic practices, public policies, violence, crime and exclusion. Additionally, the phenomena of the field are linked to typical social categories (e.g., drug users and drug dealers); forms of deviance (e.g., addiction and crime); and social practices in public health and public security (e.g., treatment and imprisonment). The contents disseminated by these sorts of communication have a role in the creation of symbolic frames of reference that influence the orientation of social practices and attitudes towards phenomena related to drug use.

**Keywords:** Drugs, Mass Media, Social Representations.

## **Drogas en el Espacio Público: Consumo, Tráfico y Política en la Prensa Brasileña**

**Resumen:** Los fenómenos relacionados con el consumo de drogas constituyen un campo heterogéneo y polisémico, a partir del cual se construyen diferentes objetos, identidades y prácticas sociales. Este artículo presenta una investigación documental basada en la teoría de las representaciones sociales con el objetivo de analizar el campo representativo de las drogas en comunicaciones mediáticas. El material se compuso por 4516 artículos de un periódico de amplia circulación en Brasil que tenían como tema central cuestiones relacionadas con las drogas. Con el apoyo del software Iramuteq, se llevó a cabo un análisis lexicométrico para reconstruir clases léxicas relacionadas con dimensiones específicas del campo. Ocho clases fueron interpretadas, categorizadas y discutidas. Los resultados permitieron identificar tres ejes temáticos: la regulación sociopolítica del uso, producción y circulación de drogas; el uso de drogas, adicción y salud; la policía y la guerra a las drogas en Brasil. La discusión resalta las dimensiones que dan sentido a los procesos político-legales, las relaciones internacionales, los movimientos sociales, el entretenimiento, las prácticas terapéuticas, las políticas públicas, la violencia, el crimen y la exclusión. Además, los fenómenos del campo están vinculados a categorías sociales típicas (por ejemplo, usuarios de drogas y traficantes de drogas); formas de desviación (por ejemplo, adicción y crimen); y prácticas sociales en salud pública y seguridad pública (por ejemplo, tratamiento y encarcelamiento). Se entiende que los contenidos diseminados en estas comunicaciones actúan en la creación de marcos de referencia simbólicos que pueden influir en la orientación de las prácticas y actitudes sociales frente a los fenómenos relacionados con el consumo de drogas.

**Palabras clave:** Drogas, Medios de Comunicación, Representaciones Sociales.

### **Introdução**

Os fenômenos relacionados ao uso de drogas constituem um campo polissêmico e culturalmente relevante que se relaciona com significados e práticas cambiantes ao longo da história e cujos desdobramentos repercutem em áreas diversas, como saúde, direito, economia e religião (Carneiro, 2010; Escotado, 2008). Segundo a Organização Mundial de Saúde (2006), drogas psicoativas são substâncias que têm a capacidade de alterar funções do sistema nervoso central (consciência, pensamento, afeto e humor). Tal definição formaliza o conceito no campo científico, mas não contempla o caráter social desses objetos, uma vez que, mais do que substâncias, as drogas se inserem em práticas sociais concretas e assumem diferentes significados a depender do contexto sócio-histórico (MacRae, 2010).

Compreender a droga como um objeto imbuído de significados culturais remete a analisar seus fenômenos como realidade sociossimbólica e, portanto, engendrada por processos comunicacionais que permitem

dar sentido a seus fenômenos. O estudo apresentado neste artigo buscou descrever e analisar o campo representacional das drogas no Brasil a partir de comunicações veiculadas em matérias de jornal. Para tanto, o trabalho adota o referencial teórico das representações sociais, entendido como uma abordagem psicossocial que se interessa por “compreender como pessoas comuns, comunidades e instituições produzem saberes sobre si mesmas, sobre outros e sobre a multidão de objetos sociais que lhes são relevantes” (Jovchelovitch, 2008, p. 87). Representações sociais podem ser entendidas como formas de saber socialmente elaboradas com finalidades práticas, uma vez que têm por função garantir e orientar processos de comunicação e ação (Jodelet, 1984; Moscovici, 2012). Em sua obra seminal, o psicólogo social Serge Moscovici (2012) afirma que as representações sociais são fenômenos constituídos por três dimensões: informação, atitude e campo. A dimensão da informação diz respeito às características qualitativas e quantitativas da informação que os indivíduos e grupos dispõem sobre determinado objeto social em

função de suas práticas sociais e relações de pertença. A atitude, por sua vez, diz respeito à orientação avaliativa global (favorável/desfavorável; positiva/negativa) com relação ao objeto. Por fim, o campo de representação designa a organização dos elementos de uma representação em uma unidade estruturada hierarquicamente, isto é, os conteúdos do campo diferem quanto ao grau de importância que têm para os grupos ou uma cultura.

De acordo com Sá (1998), muitos estudos tentaram operacionalizar as duas primeiras dimensões citadas em pesquisas, mas essas tentativas se revelaram pouco frutíferas: “Havia o risco de se cair em um estudo clássico de atitudes sociais e/ou, pior ainda, em uma simples testagem de conhecimentos populares a ser comparada com aqueles próprios dos universos reificados” (Sá, 1998, p. 69). Com isso, o campo passou a adquirir centralidade nas pesquisas sobre representações sociais, sobretudo porque oferece um modelo a partir do qual é possível contemplar as outras dimensões do fenômeno: informação e atitude (Jesuino, 2011). Ademais, fazer referência à noção de campo implica considerar que seus elementos são dotados de organização e estrutura, o que afasta o conceito de representação social de uma caracterização reduzida a opiniões, crenças e atitudes desconexas (Moscovici, 2012). Desse modo, analisar o campo representacional de um objeto conduz a identificar formas de organização dos conteúdos, ao mesmo tempo em que se deve atentar para as dinâmicas sociossimbólicas que indicam possibilidades de transformação e reorganização do campo.

Além disso, uma análise sobre os conteúdos de representação não exclui reflexões sobre seus processos de construção. De acordo com Moscovici (2009), as representações se constroem a partir de dois processos sociocognitivos interdependentes. O primeiro, a objetivação, é o processo que transforma um conceito em uma imagem, privilegiando certas informações do objeto em detrimento de outras. Trata-se de concretizar aquilo que é da ordem do abstrato a partir de determinadas características originadas nas dinâmicas coletivas, a partir daquilo que é relevante aos contextos em que o objeto se insere. O segundo é a ancoragem, processo que se caracteriza pela inserção do objeto em um sistema de pensamentos preexistentes, estabelecendo uma rede de significações em torno deste. Esse processo começa desde o momento em que o objeto é nomeado, isto é, classificado linguisticamente e vinculado a outras categorias já conhecidas (Moscovici, 2009). A relação entre os processos de

objetivação e ancoragem com o conceito de campo de representação é pertinente, uma vez que a análise dos conteúdos objetivados e organizados em um campo representacional pressupõe uma análise da rede de relações de sentido que o constitui, isto é, implica considerar o processo de ancoragem na construção social do objeto. Nesse contexto, a “droga” surge como categoria linguística que, quando operada nos discursos cotidianos, constrói simbolicamente diferentes substâncias (como álcool, maconha, crack e LSD), categorias grupais (como o usuário de drogas e o traficante) e práticas sociais (como a regulação social do uso de drogas, processos de prevenção, tratamento, entre outros).

Por sua vez, analisar a apropriação do tema por meios de comunicação de massa permite refletir sobre processos de construção de representações sociais tanto a respeito da objetivação – as formas de construção e características que a(s) droga(s) assume(m) no espaço público – como da ancoragem – os sistemas de significação e categorização em que esses objetos são inseridos. Em primeiro lugar, a apropriação de um objeto pela mídia é um indicador importante da sua relevância sociocultural (Sá, 1998). Além disso, os meios de comunicação de massa são formas de expressão imbuídas de interações grupais e relações de poder características de uma cultura, veiculando conteúdos, ideias e práticas que já fazem parte da realidade social (Camargo & Bousfield, 2011). Assim, grande parte dos estudos sobre representações sociais tem analisado os discursos difundidos em meios de comunicação de massa (Simoneau & Oliveira, 2014), sobretudo porque o delineamento constitui uma estratégia particularmente útil na abordagem da relação entre comunicação social e processos de construção, cristalização e difusão de representações (Jodelet, 2001). Trata-se, portanto, de uma das maneiras de se debruçar sobre um aspecto central da psicologia social: a dimensão simbólica da experiência humana (Guareschi, 2012; Traverso-Yépez, 1999).

No campo das drogas, os trabalhos que analisam a dimensão simbólica do objeto, suas imagens e representações têm dado atenção especial aos fenômenos relacionados ao uso de crack (Espíndula, Alves, Carvalho, Almeida, & Cruz, 2015; Macedo, Roso, & Lara, 2015; Rodrigues, Conceição, & Iunes, 2015; Romanini & Roso, 2013; Roso et al., 2013; Santos, Acioli Neto, & Sousa, 2012). Esses estudos descrevem comunicações que privilegiam abordagens alarmistas sobre o tema, de modo que o crack é representado como uma substância

de propriedades devastadoras (Espíndula et al., 2015), marcada por um cenário de flagelo social (Rodrigues et al., 2015). Depreende-se que essas comunicações produzem um movimento de espetacularização do uso de crack (Cunda & Silva, 2014) e reforçam relações de dominação e processos de estigmatização (Macedo et al., 2015; Zanotto & Assis, 2017). A despeito da ênfase sobre o crack, outros temas também têm sido objeto de análise, como o tráfico (Oliveira, Gianordoli-Nascimento, Santos, & Freitas, 2015) e o próprio fenômeno das drogas (Souza & Oliveira, 2009). Esses trabalhos destacam dinâmicas de conflito intergrupal e processos de exclusão relacionados ao uso e tráfico de drogas, assim como a construção de discursos reducionistas sobre o campo.

Embora a relação entre o campo das drogas e a mídia tenha sido bastante discutida em outros trabalhos (Noto et al., 2003; Ronzani et al., 2009), a investigação sobre os aspectos simbólicos que constroem os fenômenos do campo parece se restringir ao consumo de crack ou a contextos locais. Nesse sentido, considera-se pertinente a realização de uma pesquisa sobre o tema de modo que seja possível apreender as diferentes dimensões simbólicas do objeto que são difundidas em meios de comunicação de massa. Nessa direção, este artigo apresenta e discute os resultados de um estudo que teve o objetivo de analisar o campo representacional das drogas no Brasil a partir de comunicações veiculadas em um jornal de circulação nacional. De modo mais específico, buscou-se identificar os significados associados à “droga” e suas formas de objetivação, analisar os principais contextos de ancoragem dos fenômenos relacionados ao uso de drogas e identificar os sistemas simbólicos de oposição que constroem o campo nessas comunicações.

## Método

O estudo apresentado é resultado de uma pesquisa documental, de natureza exploratória e descritiva, cujo material de análise foram os textos de matérias de um jornal de ampla circulação – a *Folha de S.Paulo*. Ainda que outros jornais possam diferir na maneira de cobrir os temas e acontecimentos do campo, a utilização da *Folha* como fonte de dados é relevante diante dos propósitos da pesquisa. Nesse sentido, suas características comunicativas, como pluralidade de pauta e alcance massivo no contexto brasileiro,

permitem abordá-la como um veículo de difusão de representações sociais. Os sistemas de comunicação classificados como difusão (Moscovici, 2012) desempenham um importante papel na criação de um corpo de conhecimento social comum de acordo com a inferência das expectativas gerais de um público que não é estruturado (Doise, 2011). Assim, a abordagem de um veículo de difusão permite identificar os principais temas, objetos, acontecimentos e formas de pensar que caracterizam a apropriação simbólica de um fenômeno na cena pública, ainda que não seja possível reconstituir a contribuição de grupos sociais específicos na construção dos conteúdos de representação social difundidos.

## Fontes

O material de análise foi constituído por 4.516 matérias publicadas no período entre 2010 e 2014 no portal de notícias do jornal *Folha de S.Paulo*, cujo tema central concernia a fenômenos relacionados ao uso de drogas. O intervalo temporal de cinco anos (2010-2014) foi delimitado com o objetivo de reunir material suficientemente relevante sobre o tema e com grande potencial de alcance comunicativo. De acordo com Pinto (2012), citando dados de 2011, a versão da *Folha de S.Paulo* para internet tem cerca de cinco milhões de acessos por dia. Além disso, essa forma de jornalismo tem forte penetração nas novas tecnologias de comunicação e mídias sociais, o que possibilita que os leitores compartilhem matérias com seus contatos pessoais. Na rede social Facebook, por exemplo, a página da *Folha* conta com cerca de 5,9 milhões seguidores<sup>1</sup>.

## Procedimentos de coleta

As matérias foram coletadas em formato de texto, a partir de recursos de busca refinada no portal da *Folha de S.Paulo*. Com o propósito de constituir um corpus de análise relativamente homogêneo, a coleta de dados ocorreu em duas etapas. Em primeiro lugar, foram pré-selecionadas todas as matérias do período que continham ao menos um dos seguintes descritores no texto: droga(s), substância(s) psicoativa(s), psicoativo(s), entorpecente(s), narcótico(s), alucinógeno(s). Após esse procedimento, foram identificadas 16.555 matérias. Em seguida, foram excluídas todas aquelas cujo tema central não fosse relacionado a drogas

---

<sup>1</sup> No último acesso, em 8 de maio de 2018.

psicoativas ou fenômenos correlatos. Assim, foram consideradas apenas matérias que, no título ou na manchete, faziam referência direta ou indireta ao universo simbólico das drogas psicoativas ou de alguma substância específica. Ao final da segunda etapa, foram selecionadas 4.516 matérias, que constituíram o corpus de análise. Esse tratamento foi realizado com o intuito de minimizar a dispersão dos conteúdos, reunindo comunicações pertinentes aos objetivos da pesquisa e homogêneas no tocante ao tema tratado, conforme os princípios de pertinência e homogeneidade descritos por Bardin (1977).

### **Procedimentos de análise**

O corpus foi submetido a procedimentos lexicométricos, auxiliados pelo software Iramuteq, com base na técnica de classificação hierárquica descendente (CHD), conforme o algoritmo formulado por Max Reinert (1983), também utilizado no software Alceste (Reinert, 1986). A CHD é um processo em que são identificadas formas linguísticas coocorrentes em segmentos de texto, permitindo reconstituir classes lexicais que, por sua vez, relacionam-se com formas específicas de pensar sobre dado objeto (Nascimento & Menandro, 2006). Nesse procedimento é possível incluir variáveis categóricas que funcionam como marcadores em cada matéria com o objetivo de verificar a relação entre essas e as classes lexicais resultantes. Foram consideradas três variáveis de contexto para cada matéria: o ano de publicação, a seção do jornal em que o texto foi publicado e a referência direta ou indireta, no título da matéria, a alguma droga específica. Os conjuntos de segmentos de texto agrupados em classes lexicais e suas formas linguísticas características constituíram o material bruto para a realização de interpretações fundamentadas em análises temáticas de conteúdo (Bardin, 1977; Oliveira, 2008). Assim, as classes constituíram categorias empíricas definidas pelo tipo de vocabulário utilizado, que foram, em seguida, interpretadas e nomeadas. Esse processo ocorreu com base na leitura sistemática dos segmentos de texto mais característicos de cada classe lexical, visando apreender temas ou núcleos de sentido constitutivos dessas comunicações.

### **Resultados e discussão**

Das 4.516 matérias analisadas, a maioria (76,9%) foi publicada nas seções Cotidiano (57,4%) e Mundo

(19,4%). A seção “Cotidiano” é destinada à cobertura de fatos do dia a dia e das principais notícias das capitais brasileiras, sendo, portanto, um caderno generalista. A seção Mundo tem as mesmas características, no entanto é voltada ao cenário internacional, cobrindo temas considerados relevantes em outros países. Em seguida, as seções mais frequentes foram: Ilustrada (5,8%), sobre arte, cultura, cinema, moda e música; Equilíbrio e Saúde (4,2%), que publica matérias gerais do campo da saúde; F5 (4%), voltada ao mundo das celebridades e entretenimento; Opinião (2,9%), que reúne editoriais, colunas de autoria definida, especiais opinativos e textos produzidos por especialistas; Política (1,8%), que produz conteúdo sobre governo, poder, política e eleições; TV Folha (1,2%), seção multimídia que divulga notícias e entrevistas em vídeo; e Esporte (1,1%), responsável por cobrir a agenda esportiva do jornal. De modo menos expressivo – representando, cada uma, menos de um por cento do material – encontram-se as seções Ciência, Tecnologia, Economia, Turismo, Ilustríssima e Educação.

Com relação ao tipo de droga presente nas manchetes, a maioria das matérias contemplou as categorias Não especificado (48,9%), Maconha (19,8%), Cocaína (10,8%) e Crack (9,3%). Do restante, as categorias mais expressivas foram: Álcool (3,7%), Múltiplas substâncias (1,5%) e Tabaco/Nicotina (1%). Com menos de 1%, também foram encontradas matérias sobre Ecstasy, Psicotrópicos ou Medicamentos Psiquiátricos, Heroína, Óxi, Alucinógenos, LSD, Drogas Sintéticas, Ópio, Sibutramina, Haxixe, Metanfetamina, Anfetaminas, Cafeína, Ayahuasca e Lança-perfume. Deve-se ressaltar que as categorias consideraram a nomenclatura empregada nos próprios enunciados. Por essa razão, verifica-se a presença de objetos que, apesar de compartilharem características farmacológicas (e.g., cocaína e crack, maconha e haxixe), são socialmente reconhecidos como objetos diferentes nas comunicações. Dito isso, é possível notar que drogas lícitas, como álcool e tabaco, tiveram pouco destaque nas manchetes em comparação com substâncias ilícitas, como maconha, cocaína e crack. Esse resultado corrobora a hipótese de que há um descompasso entre os dados epidemiológicos sobre o uso de drogas e o tratamento midiático conferido (Noto et al., 2003; Ronzani et al., 2009). Como consequência, o debate público sobre os danos do consumo de drogas lícitas pode ser ofuscado diante de um destaque excessivo dado às drogas ilegais (Noto et al., 2003),

o que pode contribuir para reforçar crenças distorcidas sobre o tema (Ronzani et al., 2009). Ressalta-se que a seleção das matérias utilizou descritores amplos (e.g., drogas e substâncias psicoativas), o que pode ter favorecido a retenção de matérias sobre objetos prototípicos das categorias operadas. Embora os descritores possam ter influenciado a distribuição, o valor do resultado não é diminuído no contexto da pesquisa. Ao contrário, se as substâncias ilegais estão associadas a essas classificações, isso indica que a ilicitude é um conteúdo particularmente relevante no processo de objetivação da droga como objeto, assim como da ancoragem de substâncias específicas nessa categoria.

No tocante aos resultados da análise lexical, verificou-se que o procedimento de CHD permitiu classificar 36.204 segmentos em oito classes, contemplando 99,97% do material analisado. A identificação de campos lexicais permite circunscrever os universos

comuns de referência que são operados na linguagem das representações e possibilita apreender temas, conteúdos, ideias, conceitos e formas de interpretação (Kalampalikis, 2003). Ao final da CHD, as oito classes foram interpretadas e nomeadas. O resultado dessa organização e as formas lexicais características de cada classe podem ser observados na Figura 1. O texto que se segue apresenta e discute os resultados encontrados em cada classe. *Importa mencionar que todas as palavras destacadas obtiveram valor de qui-quadrado maior que 10,82* ( $p < 0,001$ ; GL: 1), indicando, de modo significativo, tendências na distribuição da forma linguística na classe em questão em relação ao conjunto de segmentos de texto das outras classes. As associações significativas ( $p < 0,001$ ) entre classes lexicais e as variáveis de contexto (ano de publicação, seção do jornal e referência a drogas específicas) serão indicadas entre parênteses pela abreviação “sig.”.

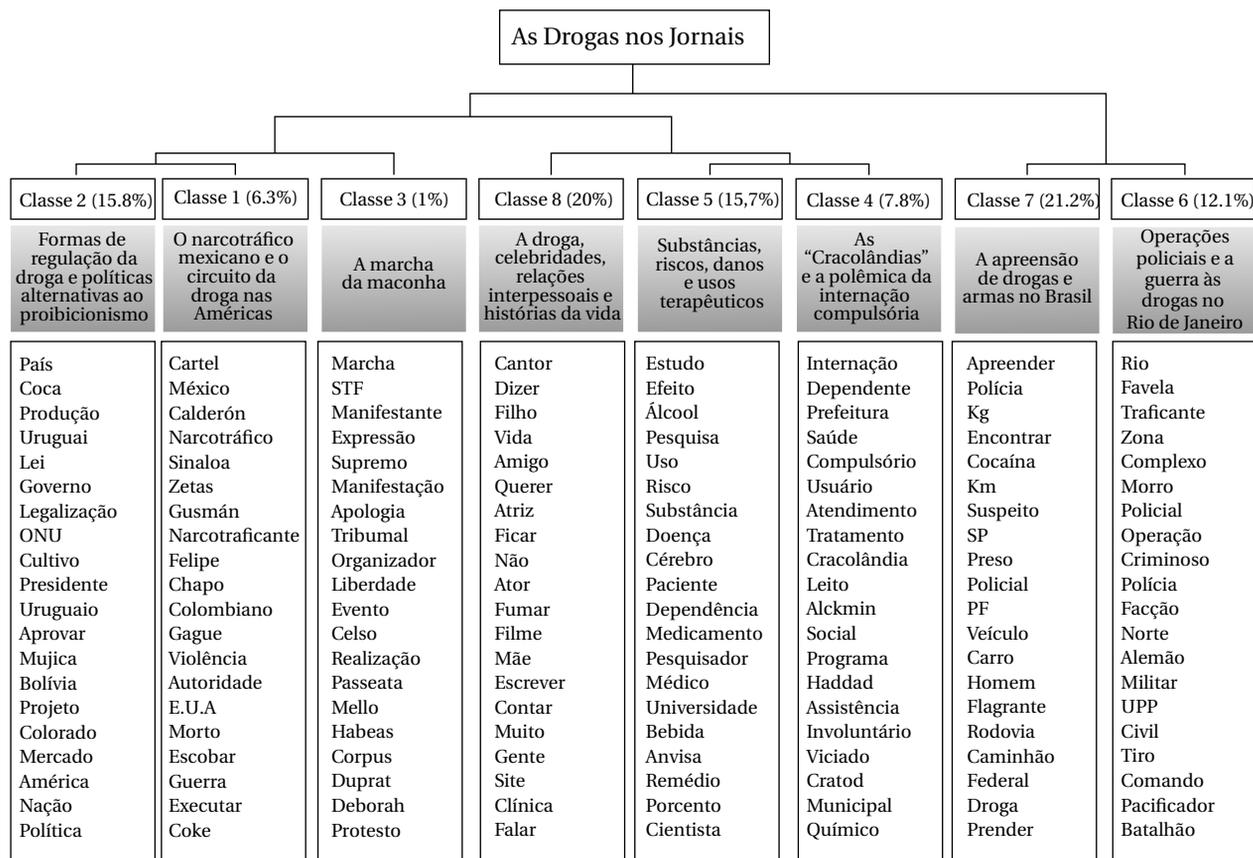


Figura 1 Dendrograma de classes e formas encontradas ao final da CHD.

## **Classe 1: o narcotráfico mexicano e o circuito da droga nas Américas**

Constituída por 2.282 segmentos de texto (6,3%), a classe 1 reuniu segmentos de texto que tematizam fenômenos relacionados ao *narcotráfico* no México e, de forma menos expressiva, em outros países das Américas. Majoritariamente, os discursos da classe são narrativas sobre o enfrentamento a *grupos organizados* e seus líderes. Entre as palavras características, é possível identificar *cartéis* específicos de drogas – *Zetas* e *Sinaloa* –, líderes do tráfico – *El Chapo Guzmán* e *Pablo Escobar* – e, ainda, do então presidente do México no período de 2006 a 2012, *Felipe Calderón*. A referência a grupos e líderes – incluindo representantes do Estado – atualizam temas como a dinâmica da guerra às drogas, as disputas entre cartéis e os fenômenos de *violência* que daí decorrem.

Essas matérias caracterizam o México como um país intermediário, onde grupos de *narcotraficantes* são envolvidos em negócios ilegais, lucrativos e de alto de risco para responder a uma alta demanda por drogas existente nos *Estados Unidos* e em outros países próximos. O cenário de violência é discutido tanto como produto de disputas territoriais e de mercado pelos grupos organizados como pela estratégia militar adotada no combate ao tráfico. As *mortes* relacionadas às operações empreendidas pelo Estado são caracterizadas como efeitos colaterais da repressão, cujas repercussões são tomadas ora como legítimas – justificadas pelo enfraquecimento do poder dos cartéis – ora como evidência dos danos da estratégia de guerra às drogas. De modo subjacente aos enunciados, identifica-se uma linha de acontecimentos típica para explicar o surgimento e a consolidação dos cartéis mexicanos: o enfraquecimento dos grupos de *Cáli* e *Medellín* na Colômbia na década de 1990, por meio de operações patrocinadas pelos Estados Unidos; o aumento do controle sobre a saída da cocaína em países da América do Sul; a apropriação do mercado do transporte e tráfico de drogas por cartéis mexicanos; e a consequente articulação e expansão desses últimos em países como *Honduras*, *Guatemala*, *El Salvador* e mesmo os *EUA*.

## **Classe 2: formas de regulação da droga e políticas alternativas ao proibicionismo**

Constituída por 5.738 segmentos de texto (15,85%), a classe 2 reuniu enunciados que tematizam a política (seção sig.) de drogas no mundo (seção sig.),

mudanças legais em relação ao controle de substâncias específicas e as relações internacionais que permeiam a dimensão global da produção, distribuição e consumo de drogas ilícitas. Nesse contexto, destacam-se as experiências de mudança do status legal da maconha (droga sig.) no Uruguai e em alguns estados dos EUA – como em *Washington* e *Colorado*.

Apesar de a maioria dos segmentos terem caráter descritivo, noticiando o trâmite de projetos de lei e os métodos de distribuição e venda adotados, esses discursos facilitam tomadas de posição diante de modelos políticos antiproibicionistas. O proibicionismo pode ser entendido como um conjunto de valores políticos, morais e sociais que defendem a repressão pelo Estado ao consumo, à produção e circulação de determinadas drogas (Rodrigues, 2008). Desse modo, as comunicações da classe 2 evidenciam um contexto de dissenso e a existência de um movimento contranormativo, ainda que heterogêneo, que cria tensões no campo das drogas em direção a modelos alternativos ao proibicionismo. Ademais, a regulamentação da maconha no Uruguai e nos EUA é frequentemente comparada com outras experiências, como a venda da substância em *coffee shops* na Holanda e outras iniciativas de descriminalização do consumo. Por fim, a classe também reúne segmentos que tematizam a produção e circulação internacional de drogas em países da América do Sul, como *Bolívia*, *Peru* e *Colômbia*, onde o uso da folha de coca é uma tradição cultural, ao mesmo tempo em que se convive com a exploração da planta para fins industriais e produção ilícita de cocaína. Com efeito, os segmentos de texto da classe 2 tratam de temas que incutem a dimensão política do campo das drogas, seja por meio da gestão de práticas de consumo ou pelas estratégias de regulação da produção de drogas proscritas no cenário internacional.

## **Classe 3: a Marcha da Maconha**

Constituída por 376 segmentos de texto (1,04%), a classe 3 reúne discursos que tematizam a Marcha da Maconha (droga sig.) no Brasil. Esse movimento visa discutir e alterar o status legal da maconha, tanto com relação ao uso medicinal quanto ao uso recreativo, atuando como fonte de influência minoritária diante de normas hegemônicas do campo, como é o caso da proibição da maconha. Além de movimento social, a Marcha da Maconha é um acontecimento, um evento que ocorre anualmente em diversas cidades do Brasil.

É uma *manifestação* pública que busca evidenciar os posicionamentos da Marcha (movimento) sobre questões relacionadas à *legalização* da Cannabis. A maioria dos segmentos da classe discute os problemas decorrentes da realização da Marcha em 2011 (ano sig.). Entre os meses de maio e junho, essas manifestações foram *proibidas* em algumas capitais brasileiras, sob o argumento de que o movimento faria *apologia* ao uso de drogas ilícitas. Apesar da *proibição*, alguns atos foram realizados e, em algumas capitais, houve *confrontos* entre *manifestantes* e a polícia. Entretanto o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a constitucionalidade dessas manifestações e *liberou*, por fim, sua *realização*. Nessa direção, os temas mais frequentes dessa classe estão relacionados à decisão do STF, à descrição dos eventos, seus objetivos e, sobretudo, ao debate acerca de sua legitimidade social e constitucional. Desse modo, a classe 3 apresenta segmentos de texto que têm por função facilitar processos atitudinais com relação ao ativismo realizado por movimentos antiproibicionistas.

#### **Classe 4: as “cracolândias” e a polêmica da internação compulsória**

Com 2.822 segmentos de texto (7,79%), a classe 4 é constituída por um vocabulário relacionado às estratégias *públicas* de *intervenção* e *tratamento* a *usuários* de *crack* (droga sig.) e outras drogas. A maior parte dos segmentos de texto faz referência específica ao contexto da *Cracolândia*, região da cidade de São Paulo conhecida pela presença de usuários de crack. Nos enunciados da classe 4, a “Cracolândia” configura um tema que organiza discursos sobre a *dependência química*, o papel do Estado diante da problemática e os modelos de *cuidado* aos usuários. Além disso, esses discursos evidenciam a saliência dos fenômenos relacionados ao crack, culturalmente caracterizados como uma *epidemia* de alta periculosidade social. No léxico da classe 4, o consumo e a *dependência química* de *crack* são abordados como um problema de *saúde* pública cuja solução deve ser promovida pelo Estado. Nos anos que precederam o período analisado houve intensificação dos discursos que exigiam ações de “enfrentamento ao crack”, o que culminou na elaboração de propostas interventivas em nível federal (Brasil, 2010) e de iniciativas estaduais e municipais. No contexto da “Cracolândia” paulista, destacaram-se os programas Recomeço (estadual) e De Braços Abertos (municipal), iniciados em 2013 e 2014 (Ribeiro et al., 2015).

Desse modo, a classe reúne termos relacionados a *entidades* governamentais, representantes políticos e serviços de *assistência* e *tratamento* para *usuários* da droga. Os principais temas da classe 4 são a rede pública de atenção ao usuário de crack e o uso de estratégias específicas de intervenção, notadamente a *internação compulsória* de *dependentes*. Essas comunicações organizam tomadas de posição diante de intervenções promovidas pelo poder público em um contexto de dissenso. Os discursos ora enfatizam o potencial destrutivo do crack para o dependente químico e a conseqüente necessidade de basear o tratamento na internação, ora questionam a padronização dessas estratégias, marcando a dependência como um fenômeno complexo, que demanda ações interseccionais e singulares para cada caso. Por fim, ressalta-se que os processos de tomada de posição resultantes da difusão dessas comunicações têm repercussões múltiplas, uma vez que seus efeitos dependem da rede de significações compartilhada pelos indivíduos no tocante ao que se constrói como droga, crack, dependência, saúde, tratamento, internação, entre outras dimensões do fenômeno.

#### **Classe 5: substâncias, riscos, danos e usos terapêuticos**

Constituída por 5.688 segmentos de texto (15,71%), a classe 5 apresenta um léxico característico da divulgação de pesquisas científicas sobre drogas na área da saúde, especialmente no âmbito da medicina. Nesse contexto, são reunidos enunciados sobre as *substâncias*, os *efeitos* do *uso*, seus *riscos*, *danos* e *benefícios terapêuticos* para distintos *pacientes*. Além disso, a *dependência* é retomada como tema pertinente, mas dessa vez ela caracteriza um objeto de *estudo* e, ainda, de *tratamento* medicamentoso e/ou baseado na *psicoterapia*. Não obstante, a classe 5 contempla, ainda, estudos epidemiológicos e correlacionais sobre as condutas de consumo de drogas e a saúde dos usuários, aspecto evidenciado por termos ligados aos *levantamentos* com diferentes *populações*, *fatores de risco*, *probabilidade*, *chance* e *prevalência* de problemas associados ao uso.

Quanto ao tema dos riscos, danos e benefícios atribuídos às substâncias, é possível identificar menções tanto a drogas lícitas como proscritas. Da primeira categoria, destacam-se: *álcool* (droga sig.), *tabaco* (droga sig.), *sibutramina* (droga sig.), outros *anorexígenos* e *medicamentos psiquiátricos* em geral

(droga sig.) – tais como *antidepressivos*, *antipsicóticos* e *ansiolíticos*. Por sua vez, as drogas ilícitas que foram significativamente representadas na classe 5 são: *alucinógenos* em geral (droga sig.), *ayahuasca* (droga sig.), *ecstasy* (droga sig.), *LSD* (droga sig.), *metanfetaminas* (droga sig.), substâncias *sintéticas* em geral (droga sig.), *heroína*, *morfina*, *ibogaína*, maconha (droga sig.) – aqui especialmente tratada por *Cannabis* –, e alguns de seus *canabinoides*, como o *THC* e o *canabidiol*, ou *CBD*. A consideração dos aspectos biomédicos não apenas submete as substâncias a uma mesma ordem de saber, como também as individualiza, discriminando características, riscos e, inclusive, benefícios potenciais. Apesar do reconhecimento de efeitos positivos relacionados a substâncias ilícitas, os segmentos da classe não indicam adesão particular a conteúdos contranormativos ou antiproibicionistas. De todo modo, os sistemas de classificação aqui praticados não se baseiam no status legal das substâncias, mas em suas características *farmacológicas*, em seus *efeitos* no *organismo*, no *cérebro* e na saúde como um todo. Portanto a inserção desses objetos em redes de significação da ciência e da medicina pressupõe um distanciamento simbólico em relação a temas típicos de outros horizontes, como a violência e o tráfico de drogas.

### **Classe 8: a droga, celebridades, relações interpessoais e histórias de vida**

Composta por 7.245 segmentos de texto (20,01%), a classe 8 é caracterizada por um vocabulário que remete ao universo artístico, à vida de celebridades e às relações sociais e familiares dos indivíduos noticiados. Trata-se de uma classe que apresenta o uso de drogas a partir das suas relações com entretenimento, produtos midiáticos, artísticos e culturais – como *jornais*, *TV*, *cinema*, *filmes*, *vídeos*, *livros*, *música*, *discos*, *festivais* – e as pessoas inseridas e visibilizadas nesse contexto: as *celebridades* e *artistas* em geral – *cantores(as)*, *atrizes*, *atores*, *bandas*, *músicos*, entre outros. As seções F5 (seção sig.) e Ilustrada (seção sig.) foram significativamente representadas nessa classe, dado que suas temáticas são ligadas ao entretenimento e às celebridades. Nesses relatos, a droga, em seu aspecto material, é objetivada em substâncias como álcool (droga sig.), *heroína* (droga sig.), crack (droga sig.) e *alucinógenos* (droga sig.), mas também nas ações dos indivíduos – por exemplo, *usar*, *fumar*, *beber* e *cheirar*. Uma característica da classe é a presença de termos ligados às relações interpessoais dos noticiados, como

*família*, *filho(a)*, *amigo(a)*, *mãe*, *pai*, *marido*, *esposa* e *companheiro(a)*. Destaca-se que as pessoas próximas foram citadas tanto como fator de proteção, rede de suporte afetivo diante do uso problemático de drogas como para caracterizar um fator de risco na iniciação, na manutenção ou no agravamento de problemas relacionados ao consumo de drogas. As práticas de consumo são tematizadas, de modo mais amplo, como um aspecto da trajetória de vida dos indivíduos, marcada pelo *vício*, tratamento, *reabilitação* e, de modo menos expressivo, por mortes em casos de *overdose*. O tema da morte foi explorado em notícias sobre celebridades específicas, como a cantora *Amy Winehouse* e o ator *Philip Seymour Hoffman*.

Por fim, importa ressaltar que o “*vício*” é discutido como um problema diante do qual a abstinência é colocada como norma comportamental desejada. Evidência disso são os relatos de pessoas que conseguiram se *livrar* e *parar* o uso de drogas, sobretudo com o tratamento nas chamadas *clínicas* de *reabilitação*. Nota-se que o tema da dependência também foi observado nas classes 4 e 5, o que aponta um aspecto estruturante das classes que compõem o eixo lexical em questão. Nessa perspectiva, pode-se dizer que os vocabulários típicos de cada classe constroem a dependência em diferentes dimensões, enfatizando distintamente implicações sociais, individuais e farmacológicas desse fenômeno.

### **Classe 6: operações policiais e a guerra às drogas no Rio de Janeiro**

Com 4.392 segmentos de texto (12,13%), a classe 6 apresenta um campo léxico característico do enfrentamento ao *tráfico* de drogas no Brasil. A cidade do *Rio de Janeiro* constituiu o principal mote para o desenvolvimento de temas ligados a *operações policiais* em *morros* e “*favelas*”, *tiroteios*, *ocupações*, *prisão* de *traficantes*, apreensão de drogas e *armas*. Particularmente, a classe 6 tematiza as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). As UPP começaram a ser implantadas em 2009 e envolvem três etapas: a ocupação militar, a instalação de uma unidade de polícia permanente e a integração da unidade à comunidade como meio de articulação com políticas públicas (Fleury, 2012). Essas estratégias funcionam pela imposição de um policiamento ostensivo, aliado a técnicas de vigilância com efeitos disciplinares (Fleury, 2012), o que, muitas vezes, caracteriza um Estado de exceção que hostiliza certas parcelas da população (Rodrigues, 2012).

Os segmentos de texto abordam o tema das UPP ao mesmo tempo em que constroem narrativas da guerra às drogas no Brasil e, nesse ponto, o conteúdo apresenta similaridades com aquele da classe sobre os cartéis mexicanos. Comuns a ambas, destacam-se fenômenos de disputa por território e pontos de venda entre grupos organizados. No entanto, se naquela se falava em cartéis e líderes do narcotráfico, nesta fala-se de *facções* e *chefes* do tráfico. Diante disso, é possível interpretar as duas classes como produtos discursivos que tematizam o combate ao tráfico de drogas e a violência que decorre desse contexto no cenário nacional e internacional. Por fim, nota-se que essas classes constroem a categoria grupal do “traficante” como um inimigo a ser combatido, aprisionado ou morto em ações de guerra e limpeza social. Esse inimigo é objetivado em grupos cruéis, violentos e de grande poder bélico, sendo, por sua vez, ancorados no campo da segurança pública. Nessa direção, Vianna e Neves (2011) afirmam que os discursos difundidos pela mídia favorecem a construção da categoria dos traficantes como um inimigo público, ao mesmo tempo em que a solução final para o problema das drogas reside no seu extermínio.

### **Classe 7: a apreensão de drogas e armas no Brasil**

Constituída por 7.661 segmentos de texto (21,16%), a classe 7 apresenta um campo léxico coeso e também relacionado com a ação da polícia no combate ao tráfico de drogas. Diferente da classe 6, entretanto, esta classe tematiza prioritariamente episódios de *apreensão* de *drogas*, *armas* e *suspeitos* em locais como *rodovias* e *aerportos*. Se a primeira trata prioritariamente da guerra às pessoas do tráfico, a segunda focaliza o combate às mercadorias desse universo, como *cocaína* (droga sig.), *maconha* (droga sig.), *crack*, *óxi* (droga sig.), *haxixe* (droga sig.) e *ecstasy* (droga sig.). Além disso, as características desses “*entorpecentes*”, como peso, formas de apresentação e embalagem, são incluídas e contribuem para o processo de significação sobre do grau de importância atribuído ao fato cotidiano (seção sig.) noticiado. Além das substâncias, a classe 7 também tematiza a apreensão de *armas*, descritas em função do tipo – *revólver*, *pistola*, *fuzil*, *espingarda* –, *calibre* e *munições*. O desfecho das narrativas de apreensão de drogas e armas acontece com a *apreensão* de *drogas*, *suspeitos* e *veículos* utilizados no transporte.

A droga, por sua vez, é construída como um objeto a ser combatido em situações de redução da sua oferta. Por conseguinte, as redes de consumo envolvidas no fenômeno não são incluídas. A exemplo disso, o léxico das classes 6 e 7 apresentam, respectivamente, índices significativos de sub-representação para termos como “*uso*” e “*consumo*”. Essa polarização entre discursos sobre o consumo e o tráfico também indica um distanciamento entre orientações políticas de redução da demanda e da oferta de drogas ilícitas (Garcia, Leal, & Abreu, 2008).

### **As dimensões do campo das drogas na cena pública**

Após a descrição do conteúdo de cada classe, importa retomar os resultados apresentados na Figura 1, onde é possível identificar três eixos lexicais relacionados a dimensões particulares do campo. O primeiro, composto pelas classes 1, 2 e 3, foi classificado como “regulação sociopolítica do uso, produção e circulação das drogas” e abordou tensões normativas e mecanismos de controle social voltados a substâncias globalmente proscritas. Nesse contexto, a droga foi inserida *em discursos* o narcotráfico no México e nas Américas em geral (classe 1); modelos de gestão do campo das drogas e políticas alternativas ao proibicionismo (classe 2); e a Marcha da Maconha no Brasil (classe 3). O segundo eixo, que comporta as classes 4, 5 e 8, nomeado como “uso de drogas, dependência e saúde”, tematizou relações de consumo de drogas em pequena e larga escala. Esse eixo contemplou enunciados sobre as “*cracolândias*” e internação compulsória como forma de intervenção governamental (classe 4); pesquisas sobre substâncias psicoativas, riscos, danos e usos terapêuticos (classe 5); e celebridades, histórias de vida, relações interpessoais e uso de drogas (classe 8). O terceiro eixo, chamado de “a polícia e a guerra às drogas no Brasil”, abordou o tema da segurança pública e das ações de redução de oferta de substâncias ilícitas. O eixo reuniu enunciados sobre operações policiais envolvidas no enfrentamento ao tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro (classe 6); e narrativas de apreensão de drogas e armas em rodovias brasileiras (classe 7).

No sentido de apresentar algumas considerações sobre as dimensões constituintes do campo das drogas na cena pública brasileira, torna-se útil identificar sistemas de oposição que engendram as relações entre os universos lexicais encontrados. Conforme Willem Doise

em entrevista (Valentim, 2009), é relevante analisar o processo de ancoragem das dimensões significativas de um objeto em antagonismos dispostos no campo social. Esses antagonismos, ou sistemas de oposição, não expressam necessariamente relações de conflito, mas, sobretudo, dinâmicas de contraste moduladas pelo contexto simbólico em que a droga é inserida.

O eixo intitulado “regulação sociopolítica do uso, produção e circulação das drogas” (classes 1, 2 e 3) reúne discursos sobre a gestão e controle de substâncias proscritas no âmbito nacional e internacional, pautando tensões normativas geradas pela antinomia *legalidade/ilegalidade* que são igualmente marcadas pela relação entre as realidades *nacionais* e *internacionais*. Nesse âmbito, as notícias internacionais funcionam como quadros simbólicos de referência que contribuem para os processos de tomada de posição a respeito dos modos como o Estado deve regular o campo. Essas comunicações difundem possibilidades de transformação sociopolítica, como a descriminalização do consumo e a regulamentação da maconha. No entanto as tensões normativas geradas pelas reformas legais ocorridas no cenário internacional não favorecem, necessariamente, a adesão a um discurso antiproibicionista no Brasil. Por exemplo, o debate é capaz de favorecer tanto um sentido de urgência de mudança em relação às transformações internacionais como pode facilitar discursos de desqualificação dessa pauta no contexto brasileiro, sobretudo pelo argumento de que tais medidas não seriam relevantes ou aplicáveis no país. A esse respeito, a própria discussão sobre a legitimidade da Marcha da Maconha evidencia normas antidrogas e proibicionistas que constroem a inclusão do debate no Brasil.

Importa ressaltar que o controle social do uso de drogas ocorre tanto por meio da criminalização, que acompanha as definições de legalidade e ilegalidade do campo, como também pela medicalização (Romanini & Roso, 2013), processo que pode ser ilustrado pelos conteúdos das classes 4, 5 e 8. Esse eixo, nomeado como “uso de drogas, dependência e saúde”, agrupou segmentos de texto que tratam do tema a partir de discursos característicos do saber médico em diferentes dimensões – biológica, psicológica e social. Possibilidades controladas ou não problemáticas de consumo são tematizadas, mas a ênfase é dada sobre as formas de uso abusivo e dependência química. Tais conteúdos permitem identificar um sistema de oposição ancorado nas relações entre *dependência* e

*controle*. Importa notar que as noções de vício e dependência são historicamente marcadas pelo sentido de perda da autonomia do usuário e de descontrole social (Carneiro, 2002, 2008). Seja ela construída como desequilíbrio químico, doença orgânica, padrão comportamental inadequado ou sintoma social, a dependência se apresenta nas classes 4, 5 e 8 como fenômeno ameaçador que precisa ser controlado.

Portanto a dependência é um objeto social que mobiliza tomadas de posição diante de distintas formas de intervenção, praticadas em níveis *individuais* e *coletivos*. Se na classe 8 são narradas histórias individuais de consumo e dependência, na classe 4 os usuários se inscrevem em uma dimensão pública e coletiva. De modo análogo, as práticas terapêuticas destinadas aos dependentes da classe 8 se referem às chamadas “clínicas de recuperação”, ao passo que aquelas da classe 4 incluem leitos hospitalares, atendimentos ambulatoriais e outros serviços públicos de saúde e assistência social. Apesar dessas distinções, destaca-se a centralidade da internação como estratégia terapêutica. A valorização da internação em discursos midiáticos foi evidenciada em outras pesquisas, especialmente no tocante ao uso de crack (Santos et al., 2012; Wurdig & Motta, 2014). A questão se relaciona, ainda, com a própria história dos cuidados em saúde mental, dado que as internações psiquiátricas se apresentaram como prática terapêutica hegemônica ao longo do século XX (Wurdig & Motta, 2014). No contexto da dependência de drogas, as estratégias de intervenção destinadas ao usuário tiveram grande influência do modelo médico-jurídico, cujas funções se dirigem mais a punir do que a tratar (Paiva, Ferreira, Martins, Farias, & Ronzani, 2014). O caráter de punição associado ao tratamento é ainda mais evidente quando se fala em internação compulsória, que pode ser caracterizada como uma medida proibicionista (Romanini & Roso, 2013) pelo fato de se sustentar no enlace entre um diagnóstico que patologiza e um código infracional que criminaliza (Cunda & Silva, 2014).

Se as classes 4 e 8 se apropriam simbolicamente dos usuários, a classe 5 focaliza as substâncias utilizadas e seus efeitos, de modo que os critérios de normalidade e desvio são recolocados em termos de riscos, danos e benefícios. Aqui, a antinomia *remédio/tóxico* sugere formas de aceitação e controle diante do uso de substâncias inseridas em uma ou outra categoria. Convém destacar que a farmacologia moderna não separa completamente as noções de droga de

abuso e medicamento, dado que uma mesma substância pode ter aplicações terapêuticas, mas também pode produzir dependência e outros danos (Fonseca & Lemos, 2011). Apesar disso, no âmbito das representações sociais, as diferentes drogas são usualmente classificadas como remédio ou como tóxico, processo que tende a naturalizar as propriedades da substância, definindo suas características e funções. Sobre esse aspecto, deve-se enfatizar que os discursos da classe 5 também demarcam possibilidades toleradas ou mesmo positivas de consumo de drogas usualmente classificadas como tóxicos. Esse tratamento discursivo pode repercutir nos significados hegemônicos associados às drogas *lícitas* e *ilícitas*. Deve-se notar que o interesse sobre a investigação de propriedades terapêuticas de drogas ilícitas se articula com um movimento de reconsideração dessas substâncias na medicina, mas também com um contexto de mudança nas políticas sobre drogas (Escobar & Roazzi, 2010). Assim, os desdobramentos psicossociais de conteúdos como os da classe 5 não se limitam ao campo médico-sanitário, pois também podem influenciar a construção de crenças e atitudes políticas relacionadas à (i)licitude das drogas.

Por último, importa considerar o eixo formado pelas classes 6 e 7, nomeado como “a polícia e a guerra às drogas no Brasil”. Os conteúdos desse eixo guardam relação com processos psicossociais marcados pela diferenciação entre “*nós*” – a sociedade – e “*eles*” – os traficantes. Dinâmicas intergrupais semelhantes podem ser identificadas na classe 1 com o tema do tráfico internacional. Por outro lado, a análise desse eixo apresenta particularidades quanto ao tipo de relação que se estabelece entre o grupo de pertença e o grupo tido como ameaçador. Enquanto os cartéis internacionais constroem a categoria dos “narcotraficantes” como os inimigos externos, as matérias sobre a guerra às drogas no Brasil produzem a categoria dos “traficantes” como ameaça interna. Conteúdos similares foram encontrados em uma pesquisa que analisou matérias da revista *Veja* sobre o tráfico de drogas (Oliveira et al., 2015). Os autores destacam que a materialização do perigo social das drogas nas figuras dos traficantes nacionais e internacionais é produto de relações intergrupais que culminam na desqualificação de determinados territórios e grupos sociais. O fato de a categoria “traficante” ser identificada à pobreza e violência das “favelas” – como observado na classe 6 – ilustra o processo ao mesmo tempo em

que informa sobre alguns dos critérios de seletividade punitiva empreendidos no Brasil (Zaccone, 2011).

De maneira mais ampla, a especificidade desse eixo (classes 6 e 7) em relação aos demais pode ser analisada em função de diferenças nas formas de exercício de poder que são evidenciadas nas comunicações. De acordo com a classificação proposta por Moscovici (2011), o poder coercitivo funciona com base na imposição de regras sociais por meio da força, ao passo que o poder normativo é exercido pela construção e transformação de normas e valores sociais. Nesse sentido, é possível identificar os primeiros eixos com o chamado poder normativo, uma vez que pautam tensões e dissensos a respeito do uso de drogas, enquanto este último aproxima-se do poder coercitivo, pois não trata da negociação de normas sociais, mas da sua imposição por meio da distribuição de sanções aos sujeitos desviantes da norma jurídica: os traficantes. Finalmente, a organização lexical encontrada permite identificar um sistema de oposição entre *consumo* e *tráfico* de drogas. O distanciamento entre essas dimensões do fenômeno também foi encontrado em outras pesquisas sobre mídia e drogas (Rodrigues et al., 2015; Santos et al., 2012; Souza & Oliveira, 2009). Além disso, o consumo e o tráfico de drogas se ancoram respectivamente nos campos da saúde e do direito, o que torna compreensível a emergência de categorias identitárias (e.g. usuários e traficantes), técnicas de exame (e.g. diagnóstico e julgamento), desvios comportamentais (e.g. dependência e crime) e as práticas corretivas (e.g. internação e prisão) pertinentes a cada um deles.

## Considerações finais

O estudo apresentado analisou o campo representacional das drogas a partir de matérias veiculadas por um jornal de circulação nacional. Buscou-se identificar formas de organização subjacentes aos conteúdos de representação difundidos nas comunicações, assim como os principais temas e sistemas de oposição que estruturam o campo. Os resultados evidenciaram que as drogas são apropriadas na cena pública a partir de dimensões como consumo, tráfico, regulação social e seus desdobramentos, conferindo sentido a processos político-legais, relações internacionais, movimentos sociais, cultura e entretenimento, práticas terapêuticas, violência e criminalidade. Como objeto social, a droga foi ancorada simbolicamente em sistemas de significados que privilegiam dimensões jurídico-criminais e

médico-sanitárias do fenômeno. No campo jurídico-criminal, a droga assume a forma de objeto regulado e, muitas vezes, combatido. Nesse âmbito, os sujeitos desviantes que com ela se relacionam – os traficantes – são apreendidos como verdadeiros inimigos públicos e relacionados a problemas como a violência urbana e situações de vulnerabilidade social. No campo médico-sanitário, a droga é um objeto ligado a riscos, danos e benefícios, mas, sobretudo, construído a partir da dependência química, tanto em nível individual como coletivo. Por sua vez, são os usuários-dependentes que configuram a principal figura de alteridade e desvio, mobilizando, com isso, práticas terapêuticas orientadas pelo ideal de abstinência, notadamente por meio da internação. Não obstante, os limites entre uma forma de uso socialmente tolerada e outra tida como desviante dependem das características do comportamento de

consumo – quantidade, frequência e circunstâncias –, do sujeito que o pratica – atributos pessoais, familiares e comunitários – e da substância utilizada – lícita/ilícita, valorizada/desvalorizada socialmente (Becker, 2008).

Por fim, ressalta-se que as comunicações jornalísticas de difusão funcionam como princípios geradores de tomadas de posição, cujo resultado – pensamento e ação – comporta tensões e contradições. Seus conteúdos são, portanto, ativamente reelaborados pelos sujeitos em função das suas pertencas, experiências e práticas sociais. Não obstante, as reportagens analisadas cumprem funções psicossociais importantes, uma vez que, ao difundir informações sobre acontecimentos e temas tidos como socialmente relevantes, oferecem aos sujeitos formas de inteligibilidade relacionadas ao uso de drogas que permitem orientar suas condutas, comunicar e se relacionar com o outro.

## Referências

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Becker, H. S. (2008). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Brasil. (2010). *Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010*. Institui Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor e dá outras providências. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7179.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7179.htm)
- Camargo, B. V., & Bousfield. (2011). Teoria das representações sociais: uma concepção contextualizada de comunicação. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 433-454). Brasília, DF: Technopolitik.
- Carneiro, H. (2002). A fabricação do vício. *LPH – Revista de História*, (12), 9-24.
- Carneiro, H. (2008). Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência. In B. C. Labate, S. L. Goulart, M. Fiore, E. MacRae & H. Carneiro (Orgs.), *Drogas e cultura: novas perspectivas* (pp. 65-90). Salvador, BA: EDUFBA.
- Carneiro, H. (2010). Breve história do uso de drogas. In S. Seibel (Org.), *Dependência de drogas* (2a ed, pp. 11-25). São Paulo, SP: Atheneu. [http://www.neip.info/upd\\_blob/0000/82.pdf](http://www.neip.info/upd_blob/0000/82.pdf)
- Cunda, M. F., & Silva, R. A. N. (2014). O crack em um cenário empedrado: articulações entre os discursos jurídico, médico e midiático. *Psicologia & Sociedade*, 26(Esp.), 245-255.
- Doise, W. (2011). Sistema e metassistema. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 123-156). Brasília, DF: Technopolitik.
- Escobar, J. A. C., & Roazzi, A. (2010). Panorama contemporâneo do uso terapêutico de substâncias psicodélicas: ayahuasca e psilocibina. *Neurobiologia*, 73(3), 159-172.
- Escotado, A. (2008). *Historia general de las drogas: completada por el apéndice Fenomenología de las drogas*. Madrid: Espasa.
- Espíndula, D. H. P., Alves, L. S., Carvalho, L. A., Almeida, M. B., & Cruz, S. T. M. (2015). Representações sociais de crack e adolescência na imprensa pernambucana. *Temas em Psicologia*, 23, 281-292.
- Fleury, S. (2012). Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, 14, 194-222.
- Fonseca, V. A. S., & Lemos, T. (2011). Farmacologia na dependência química. In A. Diehl, D. C. Cordeiro & R. Laranjeira (Orgs.), *Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas* (pp. 25-34). Porto Alegre: Artmed. <http://site.ebrary.com/id/10765287>

- Garcia, M. L. T., Leal, F. X., & Abreu, C. C. (2008). A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 267-276.
- Guareschi, P. (2012). O que é mesmo psicologia social? Uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje. In A. M. Jacó-Vilela & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 25-45). Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Jesuino, J. C. (2011). Um conceito reencontrado. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 33-57). Brasília, DF: Technopolitik.
- Jodelet, D. (1984). Réflexions sur le traitement de la notion de représentation sociale en psychologie sociale. *Communication information*, 6(2-3), 15-42.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro, RJ: EDUERJ.
- Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. (P. Guareschi, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kalampalikis, N. (2003). L'apport de la méthode Alceste dans l'analyse des représentations sociales. In J.-C. Abric (Org.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 147-163). Ramonville-Saint-Agne: Érès.
- Macedo, F. S., Roso, A., & Lara, M. P. (2015). Mulheres, saúde e uso de crack: a reprodução do novo racismo na/pela mídia televisiva. *Saúde e Sociedade*, 24(4), 1285-1298. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015138833>
- MacRae, E. (2010). Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In S. Seibel (Org.), *Dependência de drogas* (2a ed, pp. 26-34). São Paulo, SP: Atheneu. [http://www.neip.info/upd\\_blob/0000/82.pdf](http://www.neip.info/upd_blob/0000/82.pdf)
- Moscovici, S. (2009). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (6a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S. (2011). *Psicologia das minorias ativas*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nascimento, A. R. A., & Menandro, P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), 72-88.
- Noto, A. R., Baptista, M. C., Faria, S. T., Nappo, S. A., Galduróz, J. C. F., & Carlini, E. A. (2003). Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(1), 69-79.
- Oliveira, D. C. (2008). Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *Revista de Enfermagem da UERJ*, 16(4), 569-576.
- Oliveira, F. C., Gianordoli-Nascimento, I. F., Santos, T. L. A., & Freitas, J. C. (2015). Fronteiras e pertencças: representações sociais e dinâmicas identitárias do tráfico de drogas na revista Veja (1968-2010). *Psicologia e Saber Social*, 4(2), 277-297.
- Organização Mundial de Saúde. (2006). *Neurociência do uso e da dependência de substâncias psicoativas*. (F. Corregiari, Trad.). São Paulo, SP: Roca.
- Paiva, F. S., Ferreira, M. L., Martins, M. Z. F., Farias, S. L. C., & Ronzani, T. M. (2014). A percepção profissional e comunitária sobre a reinserção social dos usuários de drogas. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 696-706.
- Pinto, A. E. S. (2012). *Folha*. São Paulo, SP: Publifolha.
- Reinert, M. (1983). Une méthode de classification descendante hiérarchique: application à l'analyse lexicale par contexte. *Cahiers de l'Analyse des Données*, 8(2), 187-198.
- Reinert, M. (1986). Un logiciel d'analyse lexicale: ALCESTE. *Cahiers de l'Analyse des Données*, 11(4), 471-484.
- Ribeiro, M., Duailibi, S., Frajzinger, R., Alonso, A. L. S., Marchetti, L., Williams, A. V., Strang, J., & Laranjeira, R. (2015). The Brazilian 'Cracolândia' open drug scene and the challenge of implementing a comprehensive and effective drug policy. *Addiction*, 111(4), 571-573. <https://doi.org/10.1111/add.13151>
- Rodrigues, D. R. S. R., Conceição, M. I. G., & Iunes, A. L. S. (2015). Representações sociais do crack na mídia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(1), 115-123. <https://doi.org/10.1590/0102-37722015010994115123>
- Rodrigues, T. (2008). Tráfico, guerra, proibição. In B. C. Labate, S. L. Goulart, M. Fiore, E. MacRae & H. Carneiro (Orgs.), *Drogas e cultura: novas perspectivas* (pp.105-120). Salvador, BA: EDUFBA.

- Rodrigues, T. (2012). Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. *Contexto Internacional*, 34(1), 9-41.
- Romanini, M., & Roso, A. (2013). Mídia e cultura, criminalização e patologização dos usuários de crack: discursos e políticas. *Temas em Psicologia*, 21(2), 483-497. <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-14>
- Ronzani, T. M., Fernandes, A. G. B., Gebara, C. F. P., Oliveira, S. A., Scoralick, N. N., & Lourenço, L. M. (2009). Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(5), 1751-1761.
- Roso, A., Romanini, M., Macedo, F. S., Angonese, M., Monaiar, A. B., & Bianchini, M. P. (2013). Discourses about crack in the printed mass media. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 30(3), 455-466. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000300015>
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações Sociais*. Rio de Janeiro, RJ: EDUERJ.
- Santos, M. F. S., Acioli Neto, M. L., & Sousa, Y. S. O. (2012). Representações sociais do crack na imprensa pernambucana. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 29(3), 379-386.
- Simoneau, A. S., & Oliveira, D. C. (2014). Representações sociais e meios de comunicação: produção do conhecimento científico em periódicos brasileiros. *Psicologia e Saber Social*, 3(2), 281-300.
- Souza, M. R. R., & Oliveira, J. F. (2009). Fenômeno das drogas: análise de reportagens veiculadas em um jornal de Salvador. *Revista Baiana de Enfermagem*, 22-23(1-3), 145-156.
- Traverso-Yépez, M. (1999). Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de abordagem à psicologia social. *Estudos de Psicologia*, 4(1), 39-59.
- Valentim, J. P. (2009). Uma entrevista de Willem Doise com Xenia Chrysochoou (março de 2009) e com Joaquim Pires Valentim (setembro de 2009). *Psychologica*, 51, 321-343.
- Vianna, P. C., & Neves, C. E. A. B. (2011). Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do racismo de Estado. *Estudos de Psicologia*, 16(1), 31-38.
- Wurdig, K. K., & Motta, R. F. (2014). Representações midiáticas da internação compulsória de usuários de drogas. *Temas em Psicologia*, 22(2), 433-444. <https://doi.org/10.9788/TP2014.2-13>
- Zaccone, O. (2011). *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas* (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan.
- Zanotto, D. F., & Assis, F. B. (2017). Perfil dos usuários de crack na mídia brasileira: análise de um jornal e duas revistas de edição nacional. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(3), 771-792.

---

*Yuri Sá Oliveira Sousa*

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor adjunto do Instituto de Psicologia (IPS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA. Brasil

E-mail: [yurisousas@gmail.com](mailto:yurisousas@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-8713-5543>

*Maria de Fátima de Souza Santos*

Doutora em Psicologia pela Université Toulouse le Mirail. Professora titular do Departamento de Psicologia e da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE. Brasil

E-mail: [fatimasan@uol.com.br](mailto:fatimasan@uol.com.br)

 <http://orcid.org/0000-0001-5213-9491>

*Thémis Apostolidis*

Doutor em Psicologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales. Professor do Laboratório de Psicologia Social (LPS) da Aix-Marseille Université, Aix-en-Provence. França

E-mail: [themistoklis.apostolidis@univ-amu.fr](mailto:themistoklis.apostolidis@univ-amu.fr)

 <http://orcid.org/0000-0002-3549-5547>

Endereço para envio de correspondência:

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia. Rua Aristides Novis, 197, Federação. CEP: 40210-730. Salvador – BA. Brasil.

A pesquisa que deu origem ao artigo contou com o apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - FACEPE e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por meio da concessão de uma bolsa de Doutorado (FACEPE) e uma bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES) para o primeiro autor.

*Recebido* 01/06/2018

*Aceito* 18/12/2018

*Received* 01/06/2018

*Approved* 18/12/2018

*Recibido* 01/06/2018

*Aceptado* 18/12/2018

*Como citar:* Sousa, Y. S. O., Santos, M. F. S., & Apostolidis, T. (2020). Drogas no Espaço Público: Consumo, Tráfico e Política na Imprensa Brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003201819>

*How to cite:* Sousa, Y. S. O., Santos, M. F. S., & Apostolidis, T. (2020). Drugs in Public Space: Consumption, Trafficking and Policy in the Brazilian Press. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003201819>

*Cómo citar:* Sousa, Y. S. O., Santos, M. F. S., & Apostolidis, T. (2020). Drogas en el Espacio Público: Consumo, Tráfico Y Política en la Prensa Brasileña. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003201819>